



Jornalismo participativo na internet: novo suporte, novas práticas, novos conceitos

Cristiane Lindemann

Resumo: O advento das tecnologias digitais e da rede mundial de computadores resultou em um novo suporte midiático, que vem trazendo modificações significativas ao campo da comunicação. Um exemplo recente é o jornalismo participativo na Internet, que possibilita a qualquer cidadão transformar-se em produtor de notícias. O propósito deste artigo é pensar esta prática à luz das teorias, conceitos e ideais do jornalismo tradicional, a fim de constatar até que ponto há mudanças, adaptações ou rupturas entre um e outro.

Palavras-chave: Jornalismo - Internet - Participação.

Abstract: The advent of the digital technologies and the world-wide computers net resulted in a new media support, that brings significant changes to communication area. A recent example of it is the open-source (participant) journalism in the Internet, that makes possible to any citizen to become a news producer. The intention of this article is to think this practice in the light of theories, concepts and ideals of the traditional journalism, in order to realize at what point there are changes, adaptations or ruptures between one and other.

Key words: Journalism - Internet - Participation.

Resumen: El advenimiento de las tecnologías digitales y de la red mundial de computadoras resultó en un nuevo soporte mediático, que trae modificaciones significativas al campo de la comunicación. Un ejemplo reciente lo presenta el periodismo participativo en Internet, que posibilita a cualquier ciudadano transformarse en productor de noticias. El propósito de este artículo es pensar esta práctica a la luz de las teorías, conceptos e ideales del periodismo tradicional, a fin de constatar hasta que punto se producen cambios, adaptaciones o rupturas entre uno y otro.

Palabras clave: Periodismo - Internet - Participación.

Cristiane Lindemann é Jornalista formada pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* cristiane_lindemann@yahoo.com.br.

Introdução

As tecnologias digitais de comunicação e informação, denominadas por Lemos (2004, p.68) como “a fusão das telecomunicações analógicas com a informática, possibilitando a veiculação, sob um mesmo suporte – o computador –, de diversas formatações de mensagens”, têm modificado de maneira expressiva o campo da comunicação. O jornalismo, nesse contexto, não escapa das influências e, a partir daí, torna-se necessário repensar algumas questões – tanto técnicas quanto teóricas.

Dentre as inovações contemporâneas, há uma gama de produtos e de enfoques que poderiam embasar uma boa análise de pesquisa. O presente artigo focaliza o jornalismo participativo na Internet: uma prática em que qualquer cidadão pode tornar-se repórter, redigindo matérias e/ou enviando fotografias, áudios ou vídeos que são veiculadas em *sites* na rede mundial de computadores.

O intuito neste momento é analisar as diferenças que o webjornalismo participativo apresenta quando comparado ao jornalismo tradicional. Afinal, o que está havendo é uma reconfiguração, uma ruptura ou um conflito entre esta nova prática e o jornalismo tradicional? Qual deve ser a postura dos jornalistas frente a essas novidades? Pode, realmente, esta modalidade de produção de notícias ser classificada como jornalismo? Uma vez denominada assim, esta prática nos leva a repensar alguns conceitos e teorias – e é justamente aí que está o objetivo do presente trabalho: analisar, ponderar ou até mesmo contestar, sem, no entanto, ter a pretensão de dar um veredicto final a este respeito.

Primeiramente, serão apresentados alguns dados históricos relevantes que vão do jornalismo tradicional ao jornalismo em rede; depois, falar-se-á sobre o jornalismo participativo na Internet, citando-se alguns exemplos; e, em seguida, serão exploradas algumas questões de base mais teórica, como: o papel do jornalista, as rotinas de produção, a validação do *gatekeeper*, da espiral do silêncio e do agendamento.

Do jornalismo tradicional ao jornalismo em rede

A necessidade do ser humano de se comunicar, de saber dos fatos e de acompanhar os acontecimentos já se manifestava nas civilizações primitivas, quando as relações face-a-face davam conta de tudo isso. O jornalismo surge por volta de 1600 (e mais fortemente a partir da Revolução Francesa), quando o crescimento das cidades e a urbanização passaram a distanciar o povo que antes vivia em comunidades próximas, dificultando, assim, as relações interpessoais. Desde então, a prática jornalística tem o papel fundamental de mediar e tornar público tudo o que for de relevância para a sociedade.

Marcondes Filho (2000) traz um panorama do desenvolvimento do jornalismo, classificando-o em cinco fases que trazem consigo reflexos de determinados momentos históricos:

- Pré-História do Jornalismo: 1631 até a Revolução Francesa. O aparecimento do jornalismo está associado à luta pelos direitos humanos, destituição da aristocracia, fim das monarquias e de todo o sistema absolutista que vinha desde a Idade Média, à desconstrução do poder da Igreja e da Universidade. O saber acumulado e reser-vado aos sábios e poderosos agora passa a circular através dos jornalistas.
- Primeiro Jornalismo: de 1789 até 1830. Conteúdo literário e textos de dominação, de manutenção da autoridade e do poder. Tudo deve ser superexposto. O jornal se profissionaliza: surge a redação como um setor específico, o diretor passa a ser uma figura diferente do editor, impõe-se o artigo de fundo e a autonomia redacional. Neste período os fins econômicos estão em segundo plano, sendo que o jornal tem fins pedagógicos e de formação política.
- Segundo Jornalismo: metade do século XIX até começo do século XX. Tecnologias possibilitam que o jornal se transforme em grande empresa capitalista. Imprensa moderna, que funciona de acordo com as exigências do capi-

tal. Valor de troca da notícia passa a ser mais importante que o mero valor de uso, devido à concorrência. Aparece a reportagem e a publicidade passa a ser a principal fonte de manutenção dos periódicos. Imprensa de massa, com caráter libertário e independente.

· Terceiro Jornalismo: início do século XX até a década de 60. Monopólios empresariais de comunicação, grandes tiragens, desenvolvimento da indústria publicitária e dos relações públicas, que acabam competindo com o jornalismo, o qual passa por um processo de desintegração e enfraquecimento e vai sendo substituído por processos menos engajados, que não se preocupam tanto em buscar a verdade e não questionam mais a política.

· Quarto Jornalismo: anos 70 até a contemporaneidade. Somam-se dois processos: a) expansão da indústria da consciência de estratégias de comunicação e persuasão no noticiário; b) substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica, que possibilitam novas formas de produção da informação. Tecnologias digitais e suas possibilidades de interação, multimídia, variedade de noticiários e velocidade ocorrem paralelo a crises de credibilidade, circulação e profissionalismo.

Conforme Marcondes Filho (2000) esta revolução tecnológica é a segunda grande revolução que afetou o jornalismo de maneira significativa – a primeira teria sido a partir de meados de 1950, com a criação da rotativa e dos processos de produção de jornais em massa, o que levou a uma reorientação na indústria jornalística, que teve de render lucros para se auto-sustentar. O autor frisa que

[...] não há ‘responsáveis’ por toda essa virada na forma de se fazer jornalismo. É a civilização humana como um todo que se transforma a partir de uma variável independente: a informatização. O processo digital, de tempo real, de comunicações *on line* estabelece novos parâmetros sociais. Tudo muda. O jornalismo, bem como os valores de progresso, evolução, e razão, foram emanações de outra época histórica, foram epifenômenos da revolução industrial e da revolução social burguesa nos séculos 18 e 19. Não seria coerente que num momento de introdução revolucionária de técnicas de inscrição, armazenamento e reaproveitamento de informações – como é a informática

– sobrevivessem derivações de outras épocas históricas. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 37).

Nota-se que o jornalismo praticado a partir o início do século XVIII passou por mudanças significativas. E não se trata apenas de um novo suporte técnico – o computador –, mas também de uma maneira diferente de produzir, difundir e receber a informação. Este fator se evidencia ainda mais após a difusão da rede mundial de computadores (Internet), na década de 90, que potencializou a interatividade, a instantaneidade e a hipermídia, quebrando, de certa forma, com as fronteiras de tempo e espaço geográfico e gerando, assim, um espaço público virtual.

Além disso, há que se considerar que a Internet rompe com o processo comunicacional vertical, de formato um-todos, que até então vinha sendo praticado no jornalismo. As novas tecnologias da comunicação, ao contrário, permitem a relação horizontal todos-todos, de domínio público e caráter colaborativo. Lemos (2004) cita Pool, dizendo que os novos media eletrônicos são tecnologias da liberdade, ou seja, aquelas que “não se pode controlar o conteúdo, que colocam em questão hierarquias, que proporcionam agregações sociais e que multiplicam o pólo de emissão não-centralizada” (POOL apud LEMOS, 2004, p. 70).

1 Mielniczuk (2003) dá o conceito de webjornalismo para aquelas publicações veiculadas na *World Wide Web* (WWW) e o classifica em primeira, segunda e terceira geração. A primeira diz respeito à mera transposição dos jornais para a Internet; a segunda é quando, mesmo atrelado ao impresso, começam a ser explorados recursos oferecidos pela rede, como *links*; e a terceira geração se dá a partir do momento em que as potencialidades da rede – como a multimídia, a instantaneidade e a interatividade – começam a ser efetivamente utilizados para fins jornalísticos. Observa-se, a partir dessa sequência lógica, que o jornalismo participativo na Internet decorre justamente de uma característica potencial da rede, que é a possibilidade de intervenção dos usuários, os quais abandonam a condição de leitores e passam a ser também produtores de notícias.

Tal liberdade favorece o aparecimento de novas formas de interação entre os indivíduos e de novas práticas sociais. A técnica é, portanto, uma invenção humana que se insere no mundo social, em suas relações políticas, econômicas e culturais, transformando o homem, a cultura e a sociedade. Nesse sentido, a atividade jornalística na rede é resultado de uma nova estrutura que se estabelece (a partir do surgimento das inovações tecnológicas) e da remodelação de configurações já existentes (o jornalismo tradicional). E é dessa conjuntura que surgem experiências inovadoras na área, como o webjornalismo¹ – que iniciou no Brasil em 1995 – e o jornalismo participativo na Internet – prática recente que é objeto de estudo do presente trabalho.

2 Informações mais detalhadas sobre esta prática podem ser encontradas em Brambilla (2006).

3 Conforme Moura (2002), o termo *open source* surge aplicado ao software que algumas pessoas criam e disponibilizam gratuitamente na rede para que qualquer usuário possa manipulá-lo, e vem sendo adaptado a outras áreas, como no caso do jornalismo, o que gerou a expressão *jornalismo open source*. Trata-se, portanto, da união da prática jornalística com a abertura do código-fonte de softwares, ou seja, as ferramentas de publicação.

4 Segundo Moura (2002) a expressão *jornalismo peer-to-peer* sugere um jornalismo que envolve a partilha de recursos e serviços através da troca entre sistemas.

Jornalismo participativo na Internet

A denominação “jornalismo participativo na Internet” remete à idéia de produção e publicação de notícias na rede mundial de computadores, a partir de qualquer usuário. Seria, em resumidas palavras, a prática jornalística aberta a todos². É o que alguns autores chamam de jornalismo colaborativo, comunitário, cidadão, open source³ (código aberto), peer-to-peer⁴ etc. Para efeitos de padronização, optou-se por utilizar neste artigo apenas duas denominações: jornalismo participativo na Internet ou webjornalismo participativo.

A principal característica dessa lógica de produção é a superação do modelo transmissionista emissor-meio-mensagem-receptor, uma vez que este último torna-se agente produtor neste processo. A idéia de participação é, justamente, descentralizar a emissão, oportunizando que mais vozes tenham vez no espaço público. Valoriza-se, desta forma, uma forte característica da rede, que é a possibilidade de uma interatividade efetiva. Afinal, enquanto o jornal (através de cartas), o rádio (através de ligações telefônicas) e a leitura digital (através da navegação por diferentes sites) – somente para citar alguns exemplos possíveis – permitem uma interação superficial, a prática do webjornalismo participativo resulta de uma interação que vai além, possibilitando aos envolvidos colaborarem com a produção dos conteúdos.

Lemos (2004) aponta que “a noção de interatividade está diretamente ligada aos novos media digitais. O que compreendemos hoje por interatividade nada mais é que uma nova forma de interação técnica, de cunho eletrônico-digital, diferente da interação analógica que caracterizou os media tradicionais” (LEMOS, 2004, p. 112). Em seguida ele lembra que a tecnologia digital possibilita não apenas uma interação com o objeto, mas também com o próprio conteúdo, como provam as experiências de jornalismo participativo. Neste âmbito, Primo (2000) sugere que a interatividade pode ser classificada em reativa ou mútua, sendo que a primeira depende da previsibilidade e da automação das trocas, ou seja, o

5 De acordo com Lévy (1993, p. 33), "Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto, desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira".

usuário pode apenas escolher entre trilhas previsíveis já traçadas pelos programadores. É como navegar em um hipertexto⁵ de um webjornal. Já a interação mútua seria aquela em que há negociação entre os interagentes e cada ação tem impacto sobre a relação e o comportamento dos mesmos, como é o caso dos sites de jornalismo participativo.

Seguindo nesta linha de raciocínio, Primo (2003a) ainda estabelece outra classificação, baseada na abertura que os hipertextos oferecem ao usuário, a saber: 1) hipertexto potencial: é aquele em que os caminhos associativos estão pré-determinados pelo programador da página. O usuário apenas escolhe o que deseja ler, sem acrescentar nada; 2) hipertexto colagem: permite uma atuação mais ativa do internauta, que já tem a possibilidade de criar. Porém, ainda não se verifica um debate entre usuário e programador quanto a esta criação; 3) hipertexto cooperativo: trata-se de uma construção coletiva. Todos os envolvidos compartilham a criação de um mesmo texto, exercendo e recebendo o impacto do grupo.

Constata-se, portanto, que o objeto de estudo do presente artigo – webjornalismo participativo – pode ser classificado como hipertexto cooperativo de interação mútua: não há apenas um produtor, como nas mídias de massa, mas todos os usuários podem vir a ser produtores de notícias, influenciando no produto final. Esse tipo de interação ainda é pouco explorada e, por suas características, gera questões intrigantes (especialmente se comparadas com o jornalismo clássico), as quais serão abordadas adiante.

Exemplos de jornalismo participativo na Internet

A idéia de webjornalismo participativo parece aproximar-se das propostas de jornalismo comunitário ou de imprensa alternativa, e vai ao encontro de uma necessidade do próprio público, como coloca Maffesoli. "As pessoas não querem só informação na mídia, mas também e fundamentalmente ver-se, ouvir-se participar,

contar o próprio cotidiano para si mesmas e para aqueles com quem convivem. A informação serve de cimento social”. (MAFFESOLI, 2004, p.23). É o que mostram algumas experiências de jornalismo participativo na Internet, que serão descritas a seguir. Além disso, pode-se observar que a criação desses sites de cooperação está, muitas vezes, vinculada a interesses políticos ou a grupos segmentados que discutem assuntos pré-estabelecidos.

Slashdot

Trata-se de um caso de webjornalismo participativo segmentado, ou seja, que discute um assunto em específico. Fundado pelo programador americano Rob Malda, em 1997, quando ele tinha apenas 21 anos, o Slashdot (www slashdot.org) foi o primeiro site construído com matérias enviadas pelos internautas e tem como tema tecnologia e informática. Hoje o empreendimento pertence à OpenSource Technology Group e é referência mundial para notícias ligadas ao mundo digital.

Diariamente, os editores do projeto têm a tarefa de selecionar uma média de 20 notícias entre as centenas que lhes são enviadas pelos internautas. Cada uma destas é composta basicamente, de um parágrafo que resume outras notícias encontradas na web e disponibiliza links para as fontes originais. Além disso, o Slashdot tem um espaço onde os internautas podem comentar cada tópico. Desta forma, os interessados têm no site mais que uma fonte de informação, mas também um espaço de discussão especializada.

Outra característica do projeto em questão, segundo Primo e Träsel (2006), é o sistema de moderação compartilhada, no qual 400 moderadores são sorteados entre os leitores e podem votar na relevância de cada comentário (frisa-se: do comentário e não das matérias). Os valores da votação variam entre -1 e +5 e o grupo moderador tem esta tarefa por três dias, durante os quais são avaliados por “metamoderadores” escolhidos entre os mais antigos participantes do fórum, que decidem se as avaliações foram justas ou injustas. Além disso, todos

os usuários também são avaliados quanto à quantidade e qualidade das participações nas discussões e quanto à qualidade de seu papel de moderador ou metamoderador. Esse sistema é conhecido como “carma”, sendo que os colaboradores que tiverem classificação de “ruim” ou “terrível” não podem participar do projeto como moderadores ou metamoderadores.

OhmyNews

O site OhmyNews (www.ohmynews.com) foi criado em fevereiro de 2000 pelo jornalista sul-coreano Oh Yeon Ho. Conforme Brambilla (2006, p.102), o trabalho foi desenvolvido num momento em que o país sofria os reflexos da ditadura da década de 80. Com difícil acesso a informações do governo e impossibilidade de livre opinião, o povo buscou soluções para a manifestação de idéias da sociedade civil. A redemocratização resultou num monopólio de três grandes jornais – Chosun, Jong Ang e Dong-A Ilbos – de linha editorial conservadora (assim como as tv’s e rádios), ligada ao governo federal.

Com a abertura de possibilidades decorrentes do estabelecimento da Internet (início da década de 90), surgiram produtos midiáticos alternativos, como os blogs⁶, que passaram a apresentar um conteúdo diferenciado, mais aprofundado e distante do “jornalismo de padrão estatal” que vinha sendo veiculado na Coreia do Sul. Iniciativas assim conquistaram um público considerável e foi baseado nesta constatação que Oh Yeon Ho lançou a idéia de que “cada cidadão é um repórter”.

Inicialmente editado apenas em hangul, o alfabeto coreano, o site passou a ser editado também em inglês a partir de agosto de 2004, sob a denominação de Ohmy News International (www.english.ohmynews.com). A partir de então, usuários de qualquer país têm a oportunidade de colaborar, de forma que a cobertura passou a se dar em âmbito mundial. De acordo com Brambilla (2006, p.9), hoje o jornal (inglês e coreano) conta com aproximadamente 5 mil cidadãos-repórteres⁷, os quais têm seu pedido de cadastramento avaliado pela coordenação

6 Trata-se de um tipo de página pessoal onde o proprietário publica conteúdo sobre um ou vários assuntos e deixa aberto um mural onde os visitantes podem expor suas opiniões.

7 Nome dado aos usuários que participam da produção de notícias *on-line* em sites colaborativos.

do projeto. Uma vez autorizados, podem enviar imagens, vídeos, áudio ou artigos – material este que passa pela edição de jornalistas profissionais. “O tra-balho de edição consiste na checagem de dados, na re-es-crita da manchete e na adequação do texto a uma lingua-gem jornalística convencional, assim como à gramática da língua inglesa” (BRAMBILLA, 2006, p. 101).

Wikinews

Baseado no sistema Wiki⁸, o Wikinews (www.wikinews.org) é um projeto de notícias livre que permite não apenas a colaboração de todos os internautas, mas também a edição de textos já publicados, usando para isso apenas um browser⁹ comum. Assim, erros podem ser consertados por qualquer pessoa, notícias podem ser ampliadas ou modificadas a todo o momento, sem que haja moderadores, como no caso do OhmyNews e do Slashdot. Além disso,

Cada notícia tem um histórico de modificações e pode ser revertida para versões anteriores, em caso de algum interagente¹⁰ acrescentar erros ou distorções, ou ainda quando há vandalismo. A maior parte do trabalho de verificação e correção é feita pelo conjunto dos colaboradores, todos na mesma posição hierárquica. Existem administradores de sistema para cada língua em que exista uma versão do Wikinews, mas seu papel é principalmente manter as ferramentas funcionando ou intervir em casos extremos de vandalismo. Se algum internauta estragar notícias de forma recorrente, pode ter seu acesso ao Wikinews bloqueado. No entanto, a política dos sistemas Wiki em geral é corrigir os problemas e esperar que os vândalos se cansem. (PRIMO e TRÄSEL, 2006, p. 13).

O projeto de demonstração do *Wikinews* foi criado em novembro de 2004 e já em dezembro deste mesmo ano a idéia saiu da fase de demonstração e entrou na fase beta¹¹. Neste período a edição em língua alemã foi apresentada e apenas um mês depois foram criadas as edições em búlgaro, espanhol, francês, holandês, italiano, polonês, português, romeno, sueco e ucraniano. A versão em português, especificamente, iniciou suas atividades em 19 de fevereiro de 2005, mas os artigos de notícias só começaram a ser aceitos em 4 de março do referido ano, a-

8 Sistema que permite a colaboração na produção de conteúdo na web, utilizando um *browser* comum e sem a necessidade de saber programar com a linguagem HTML.

9 Programa utilizado para navegar na Internet (*Internet Explorer* ou *Netscape*, por exemplo). Habilita seus usuários a interagirem com documentos HTML hospedados em um servidor *Web*.

10 Segundo Primo (2002), a denominação “usuário” torna-se insuficiente quando o sujeito passa a ter autonomia para interferir na esfera digital. Ele não apenas usa, mas age frente à informação. Por isso a denominação “interagente”.

11 Versão beta é a inicial. Em geral só circula na própria empresa onde foi desenvolvida. Provavelmente tem muitas imperfeições, que são posteriormente corrigidas.

pós ser criada a infra-estrutura necessária para o funcionamento do sistema.

Exemplos no Brasil

A empresa Estadão disponibilizou on-line, a partir de 30 de outubro de 2005 a seção FotoRepórter (www.estadao.com.br/imagens/fotoreporter), através da qual qualquer cidadão pode enviar fotografias para a publicação na rede. De acordo com Juca Varella¹², subeditor de fotografia do Estadão e coordenador do projeto, a intenção principal é criar uma proximidade entre os leitores e os profissionais do grupo Estadão e fornecer aos internautas materiais atualizados permanentemente, não apenas em âmbito nacional, mas também internacional. Além de serem veiculadas na Internet, com acompanhamento de legenda e crédito, as fotos enviadas pelos internautas são eventualmente utilizadas nos jornais impressos do grupo, como Jornal da Tarde e Estadão, e os materiais com bom conteúdo jornalístico passam a ser distribuídos pela Agência Estado.

12 Ver entrevista completa em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=354ASP005>

Já o Portal Terra possui o canal vc repórter (www.terra.com.br/vcreporter), que iniciou suas atividades em fevereiro de 2005. O projeto visa que os usuários colaborem com a produção jornalística, enviando fotos, vídeos, áudios ou depoimentos, por e-mail ou pelo celular. Conforme consta na página de apresentação da seção, o canal de jornalismo participativo do Terra tem o intuito de dar visibilidade ao cotidiano do público e à comunidade onde vive.

Outro exemplo de webjornalismo participativo no Brasil é o site Overmundo (www.overmundo.com.br). O espaço é segmentado e tem como tema a cultura brasileira, sendo que o objetivo é tornar visível toda a diversidade da mesma. Usuários de todo o país podem colaborar comentando, divulgando festas ou eventos, enviando textos, artigos, crônicas, músicas, filmes, fotos, dicas etc. São os próprios internautas que definem o que se publica ou o que ganha destaque no site, através de um sistema de votação.

Novas práticas, novos conceitos

A respeito das transformações que vêm sendo identificadas na prática jornalística, decorrentes, em grande parte, do estabelecimento da Internet como nova mídia, Marcondes Filho (2000, p. 37) enfatiza: “não se trata hoje de lamentar processos extintos, mas, muito ao contrário, de avaliar como revitalizar os *valores decisivos* que estão sendo soterrados com toda a nova agitação social”. É sobre alguns desses valores do “fazer jornalístico” que este artigo vai se debruçar a partir de agora.

Uma vez estabelecida a possibilidade de interação mútua através do hipertexto cooperativo – ou seja, tendo-se o sujeito como agente na produção de notícias – abre-se um leque de discussões, não apenas sobre a técnica, que é relativamente nova, mas especialmente sobre as fases de produção da notícia que, como assegura Pena (2006, p. 177), são alteradas. Nesse sentido, Wolton posiciona-se da seguinte forma:

Do ponto de vista de uma teoria da comunicação, isto é, da ligação entre técnica, modelo cultural e projeto social, a questão é então a seguinte: existe uma real ruptura entre as mídias de massa e a Internet? A inovação das novas tecnologias está relacionada com uma mudança cultural nos modelos individuais e coletivos? Existe, por ocasião desta nova geração técnica, um outro projeto de organização da comunicação e uma outra visão sobre o seu papel em uma sociedade aberta? Esta é a questão que é importante e não aquela da performance técnica (WOLTON, 2003, p. 13).

13 Segundo Rüdiger (2003), o determinismo tecnológico se refere à faculdade emancipatória e beneficente da técnica moderna. A tecnologia é vista como fator progressivo da humanidade (otimismo exagerado).

Esta preocupação, de não se vislumbrar com o chamado determinismo tecnológico¹³, e de considerar os vieses histórico, social e cultural, está presente não apenas no discurso de Wolton (2003), mas também de outros autores, como Castells (1999), Lemos (2004) e Rüdiger (2003). Defende-se aqui que não há uma total ruptura entre o jornalismo tradicional e o jornalismo participativo, uma vez que existe uma linha evolutiva, em que determinadas práticas, conceitos e ideais são mantidos e outros modificados ou acrescentados. Por outro lado, em consonância com os autores acima citados, considera-se necessário refletir a respeito desta revolução eletrônico-digital

(LEMOS, 2004), que alterou significativamente os processos de produção jornalística nas redações tradicionais e possibilitou o aparecimento de novos produtos na área. Passemos à apreciação de alguns pontos específicos.

O papel do jornalista e as rotinas de produção

Conforme Marcondes Filho (2000), as transformações ocorridas desde 1970 com as novas tecnologias trouxeram resultados devastadores ao jornalismo, pois a informática obrigou todos a entrarem num mesmo barco, onde o sistema de produção e de trânsito de informações é outro. Tudo se transformou: do papel passou-se para a tela do computador; a redação dispensou (em alguns casos) um espaço físico e geográfico delimitado, com pauteiros, repórteres, editores, revisores e diagramadores – o que Marcondes Filho (2000, p.49) chama de “ruptura do ambiente social”; o webjornalismo quebrou a periodicidade, incorporando a máxima do “tempo real”; e, como se essas transformações todas não bastassem, graças ao advento da Internet, já não é mais o jornalista o único responsável pela produção de notícias. Muda, portanto, o papel deste profissional e também as rotinas de produção – tudo isso em decorrência da tecnologia.

Estaríamos vivendo, então, uma fase de decadência do jornalista, uma vez que agora qualquer cidadão pode tornar-se um repórter? Exemplos como o *ObmyNews* justificam-se pela insatisfação com relação à mídia tradicional; já o *Slashdot* e o *Overmundo* refletem a busca por um conteúdo segmentado; canais como *vc repórter (Terra)* e *FotoRepórter (Estadão)* parecem ser mantidos pela vontade do público de “se ver na mídia” e também pela vontade das empresas de ampliar o raio de cobertura. E assim o jornalista depara-se com “cidadãos comuns” exercendo seu papel que, por sua vez, pode ser aniquilado ou transformado: de repórter, passa-se a mero avaliador ou selecionador de matérias prontas.

Não há mais a rotina de reunião para discussão de pautas, saídas externas para contatar as fontes, entrevistá-las e fotografá-las. Não há mais a redação textual conforme os padrões do jornalismo tradicional – *lead*, pirâ-

meide invertida, legenda etc-, nem o trabalho de revisão e diagramação. Afinal, o que rege esta nova prática? O que garante que o conteúdo enviado pelos internautas esteja realmente completo e seja verídico? Guardadas as reconhecidas vantagens da Internet como meio de comunicação – agilidade, notícias em tempo real, atualização constante, multimídia etc – há que se questionar até que ponto o webjornalismo participativo tem credibilidade e qualidade (duas questões fundamentais que sempre foram consideradas no jornalismo tradicional e que parecem esvair-se frente à nova prática).

Por mais que haja jornalistas atuando como moderadores (o que ocorre em em alguns casos, como no *Obmynews*, *vc repórter* e *FotoRepórter*), eles não fazem uma checagem de informações diretamente na fonte. Além disso, pode-se questionar: onde fica a relevância de conceitos como objetividade, clareza, exatidão, linguagem adequada? Tem-se uma situação onde todos esses pressupostos parecem esvair-se de tal forma que o jornalismo torna-se – pelo menos em uma primeira análise – simplista, superficial, sem seriedade. As tecnologias digitais de comunicação e informação estão indo ao encontro daquilo que Marcondes Filho (2000) chama de “teoria neoliberal da transparência”, em que cada um fala e divulga o que julga como relevante – seja por interesse político, pessoal, econômico etc.

Da função do Gatekeeper para Gatewatcher

Pena (2006) afirma que na sociedade pós-industrial o bem mais valioso é a informação. E aí, segundo o autor, entra uma função vital dos jornalistas: a de mediadores, que dá nome a um dos conceitos das teorias do jornalismo, que é o *gatekeeper* (definição originalmente postulada por David White). Estudos sobre este tema concluíram que as decisões dos selecionadores de notícias sempre estão mais influenciadas por critérios profissionais, ligados às rotinas de produção (como os fatores de noticiabilidade¹⁴, falta de espaço, repetição, falta de qualidade do material, interesses publicitários etc) do que por uma

14 No livro *Técnicas de codificação em jornalismo* (2001), Mário Erbolato classifica critérios de noticiabilidade como aqueles que motivam o público, entre os quais ele elenca: proximidade, impacto, raridade, progresso, interesse pessoal, importância etc.

avaliação individual e subjetiva. Já no caso do webjornalismo participativo, no entanto, isso muda de figura: não há mais o fator espacial (pois a Internet é “ilimitada”) e os cidadãos-repórteres não têm cautela jornalística ou comercial para com o material que publicam.

Uma vez que os “cidadãos-comuns” são transformados em agentes produtivos, conclui-se que eles sejam também portões selecionadores (*gatekeepers*): de tudo que vivenciam, assistem e tomam conhecimento, escolhem o que mais interessar para publicar no veículo *on-line*. E o que resta, então, aos jornalistas? Conforme Bruns (2003), estes passam a filtrar o conteúdo disponível na rede ou enviado por colaboradores, e são então chamados de *gatewatchers*. Este trabalho se faz necessário ao considerar-se que, na rede, não há um limite definido de espaço e, portanto, cria-se a necessidade de avaliar as informações e não de descartá-las. Conforme Bruns (2003) O valor do *gatewatching* está em filtrar a informação e republicá-la em um contexto específico, dependendo dos interesses do público de um site determinado.

Vantagens de um lado, dúvidas de outro. Considera-se positivo o fato de oportunizar que os internautas colaborem com a produção jornalística, no papel de *gatekeepers*, pois podem cobrir um vácuo deixado pela mídia tradicional massiva. Mas, em contrapartida, questiona-se até que ponto qualquer pessoa pode interferir nesse processo. Como o “jornalista-vigia” sustentará a credibilidade do seu trabalho, se tem nas mãos produtos vindos de desconhecidos, a maioria leigos no campo jornalístico? Eis aí uma tecla bastante batida pelos defensores do jornalismo tradicional e que parece estar sendo esquecida pelos profissionais – talvez pela comodidade deste trabalho colaborativo (afinal, poupa tempo, dinheiro e traz agilidade), talvez pela concorrência (“Ora, se os outros fazem, por que ficarei para trás?”), ou até mesmo pela idéia fixa de democratização, que sempre foi um dos objetivos do jornalismo e, conforme acreditam alguns autores, está sendo sustentada mais do que nunca com a Internet.

A inversão da hipótese do agenda setting e da espiral do silêncio

O conceito de hipótese do *agenda setting* é denominado por Barros Filho (1995, p. 169) como “a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá”. Dito de outra forma, a mídia tem alguns hábitos de produção pré-estabelecidos que têm como propósito a fixação de determinadas notícias na agenda de conversas do público. Hohlfeldt (2001, p. 201) cita alguns exemplos desse “poder de agendamento”, que podem esclarecer melhor a idéia mencionada: 1) Acumulação: capacidade da mídia de dar relevância a um determinado tema, em meio a tantos fatos que acontecem diariamente; 2) Relevância: quando um determinado acontecimento é noticiado por todas as diferentes mídias; 3) Centralidade: quando a mídia dá a um assunto não apenas relevância, mas hierarquia e significado; 4) Focalização: o tratamento que a mídia dá a determinado assunto, apoiando-o, contextualizando-o, oferecendo cuidados especiais, como logotípias, chamadas especiais etc.

Porém, fatos corriqueiros geralmente passam longe da lista de “assuntos noticiáveis”. E é justamente nesta brecha que o webjornalismo participativo toma fôlego. Conforme os exemplos já citados neste artigo, constata-se que um dos papéis principais desta nova prática é cobrir o vácuo deixado pela mídia de massa, que produz notícia a partir de normas técnicas, ideologias, interesses empresariais, políticos e financeiros. Daí depreende-se que o público envolvido com o webjornalismo participativo não se contenta com aquilo que lhe é fornecido como “importante”. Agora os internautas podem agendar a mídia com temas que lhes sejam pertinentes.

Conforme lembra Barros Filho

[...]a incidência de temas da agenda privada na sociedade é estatisticamente desprezível, porque só as pessoas que pertencem ao mesmo círculo imediato de relações os comentarão. [...] sem medo de errar podemos afirmar que as pessoas conversam muito mais sobre temas não-mediatiza-

dos que sobre temas mediatizados (BARROS FILHO, 1995, p.70).

Seguindo uma linha de raciocínio teórica, vale lembrar de um fenômeno denominado pela pesquisadora Elisabeth Noelle-Neumann como *espiral do silêncio*. Ela constatou em seus estudos, iniciados em 1972, que, além de influenciar o público sobre o que pensar ou opinar (*agenda setting*), a mídia tem a capacidade de propor também o que pensar ou dizer sobre eles.

Para Elisabeth Noelle-Neumann, o ponto central de toda a sua hipótese é a capacidade que ela reconhece nas pessoas de perceberem o que por ela é denominado de *clima de opinião*, independentemente do que as pessoas sintam. Assim, ao perceberem – ou imaginarem – que a maioria das pessoas pensa diferente delas, essas pessoas acabam, num primeiro momento, por se calarem e, posteriormente, a adaptarem, ainda que muitas vezes verbalmente, suas opiniões às dos que elas imaginam ser a maioria. (HOHLFELDT, 2001, p. 230).

A pesquisadora citada por Hohlfeldt (2001, p. 235) elenca alguns pressupostos que sustentam a *espiral do silêncio*: a sociedade ameaça os indivíduos desviados com o isolamento; os indivíduos sentem um medo contínuo quando estão isolados (ou seja, quando não compartilham de uma opinião pública); o medo do isolamento faz com que os indivíduos tentem avaliar continuamente o clima de opinião, sendo que os resultados dessa avaliação influenciam no comportamento em público, especialmente na expressão pública ou no ocultamento das opiniões.

A intenção aqui é mostrar como a Internet, através do jornalismo participativo, possibilita que estes cidadãos silenciados pelo clima de opinião tenham voz. Exemplos já foram citados anteriormente, mas vale repetir em breves palavras: o *ObmyNews* surge como forma de dar espaço aos habitantes coreanos, até então limitados pela mídia tradicional, que se resumia a três grupos de mídia comprometidos com o governo federal; o *Slashdot* é um projeto que oportuniza aos interessados em tecnologias e informática debater estes assuntos de forma exaustiva – o que é feito superficialmente pela mídia

tradicional; o *FotoRepórter (Estadão)* dá espaço para que os internautas possam veicular aquilo que acharem relevante, independente do interesse que exista por trás desta escolha. E assim seguem-se outros exemplos em que as minorias encontram espaço para tornar público aquilo que a grande mídia descarta, invertendo assim a hipótese dominante e contrapondo-se à hegemonia da mídia convencional.

Considerações finais

Seria pretensioso propor respostas fechadas para as reflexões que se iniciaram neste artigo (jornalismo tradicional x webjornalismo participativo). A intenção deste trabalho não é definir se o jornalismo participativo na Internet é bom ou ruim, certo ou errado. Fazer-se-á, no entanto, algumas considerações que são pertinentes para aguçar a crítica e, assim, fomentar o debate a respeito.

Acredita-se que as tecnologias digitais de comunicação e informação tenham trazido colaborações evidentes ao trabalho jornalístico, especialmente no que diz respeito aos processos de produção e edição. Porém, as mudanças seguiram-se em um ritmo frenético, sendo que, de equipamento de apoio, tais tecnologias transformaram-se em novos suportes midiáticos, graças ao estabelecimento da Internet. Isso tudo provocou o surgimento de novos produtos (entre os quais está o webjornalismo participativo), o que cria a necessidade de repensar algumas teorias, práticas e conceitos que até então nortearam o trabalho dos jornalistas.

A nova prática em questão faz com que o jornalista execute um papel mais passivo e cômodo, perdendo assim algumas das características que sempre permearam o perfil deste profissional, como a preocupação constante com a ética, a verdade e a objetividade, a participação nos processos de elaboração e apuração da notícia, como reuniões de pauta (onde se dá o trabalho do *gatekeeper*), saída a campo, investigação, contato com as fontes, redação das matérias, produção das fotos, revisão e diagramação.

Ora, com a prática do jornalismo participativo na Internet o trabalho dos jornalistas – quando há – resu-

me-se ao *gatwatching*, ou seja, à vigilância dos materiais enviados pelos internautas (que são meros desconhecidos), nos quais é depositada a confiança de que estão relatando a verdade acima de tudo (um dos princípios básicos do jornalismo).

A partir do momento em que o público tem o poder de selecionar aquilo que será veiculado, passa a ser de sua responsabilidade uma das premissas que Traquina (2005) julga ser dos jornalistas: a construção da realidade. Analisando em termos de história do jornalismo, aparentemente regressa-se no tempo: no século XV o jornalismo era meramente opinativo, liderado por vozes poderosas, como os políticos; depois, passou a ter os jornalistas como mediadores; agora –com o webjornalismo participativo– está novamente havendo uma aproximação do jornalismo opinativo, uma vez que qualquer pessoa com acesso à Internet têm a possibilidade de exercer o papel de um jornalista – e, com isso, pode “recheiar” as notícias de inverdades ou de interesses políticos, pessoais, econômicos etc.

Admite-se que uma das vantagens desta nova prática seja a possibilidade de cobrir acontecimentos que a mídia de massa deixa para segundo plano. Além disso, o jornalismo participativo na Internet aparece como uma boa estratégia para que as empresas cortem gastos com a contratação de repórteres. Afinal, se há milhares de internautas colaborando gratuitamente, para que contratar mais jornalistas? Porém, por trás de todas estas vantagens, sempre fica o questionamento: que jornalismo é esse? Que estratégias o regem exatamente? Onde fica o compromisso social, a ética e a credibilidade? Superficialmente, o que parece importar é o mero fluxo de informações, sendo que questões mais profundas como são esquecidas.

Poder-se-ia ainda confrontar a idéia de jornalismo participativo na Internet com outras teorias, como a do espelho, a gnóstica, a instrumentalista ou a etnográfica, as quais são citadas por Felipe Pena (2006) e também carecem ser repensadas quando se trata de analisar essa nova prática. Além disso, questões como autoria, falhas e inverdades também renderiam boas pesquisas. A proposta deste arti-

go, no entanto, é apenas dar início aos debates em torno desta temática que tem como objeto um produto midiático recente, que chegou trazendo inquietações ao jornalismo tradicional que vinha sendo praticado desde o século XV.

Bibliografia:

- BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.
- BRAMBILLA, Ana Maria. *Jornalismo open source: discussão e experimentação do Ohmy News International*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, 2006.
- BRUNS, Axel. "Gatewatching, not gatekeeping: collaborative online news", *Media International Australia*, n. 107, p. 31-44, 2003. Disponível em: <http://eprints.qut.edu.au/archive/00000189/>.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CAVALCANTI, Mario Lima. A aposta do Estadão no jornalismo participativo. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=354ASP005>. Acesso em: 2 ago. 2006.
- HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Editora. 34, 1993.
- MAFFESOLI, Michel. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Ma-chado da. (orgs). *A genealogia do Virtual: Comunicação, Cultura e Tecnologias do Imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.
- MIELNICZUK, Luciana. Jornalismo na Web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. Salvador: UFBA, 2003. Tese (Doutorado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- MOURA, Catarina. O jornalismo na era Slashdot. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moura-ca-tarina-jornalismo-slashdot.pdf>. Acesso em 24 jul. 2006.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PRIMO, Alex. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo, *Revista da Famecos*, n. 12, p. 81-92, jun. 2000.
- PRIMO, Alex Fernando Teixeira; RECUERO, Raquel da Cunha. Hipertexto cooperativo: Uma análise da Escrita coletiva a partir dos Blogs e da Wikipédia, *Revista da Famecos*, n.22, p. 54-65. Dez. 2003a.
- PRIMO, Alex. Quão interativo é o hipertexto? Da interface potencial à escrita coletiva, *Revista Fronteiras*, estudos midiáticos, v. 5, n. 2, p. 125-142, Dez. 2003b. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/quao_interativo_hipertexto.pdf.
- PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. In: UNIREvista, vol. 1, nº 3, julho/2006. Disponível em: www.unirevista.unisinos.br. Acesso em 10 ago. 2006.
- REVISTA ÉPOCA. Edição 430. Agosto/2006. Você faz a notícia: como funcionam os sites Digg.com e OhMyNews – onde o cidadão comum é o jornalista – e qual é o real poder deles. Renata Leal.
- RÜDIGER, Francisco. *Introdução às teorias da cibercultura: perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SEÇÃO FOTO REPÓRTER. Disponível em: www.estadao.com.br/imagens/fotoreporter. Acesso em: 2 ago. 2006.
- SEÇÃO "VC REPÓRTER". Disponível em: www.terra.com.br/vcreporter. Acesso em: 2 ago. 2006.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. v. 1. Florianópolis: Insular, 2004.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1995. 247 p.
- WOLTON, Dominique. *Internet, e depois? uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre: Sulina, 2003.